

XIII SEPMI

Seminário de Políticas Públicas Integradas: Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida

Nome: Flávia Seixas Lisboa.

Instituição: Universidade Federal do ABC (Ufacb) – Programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território.

Orientação: Flávia da Fonseca Feitosa.

Título

Segregação dos espaços de atividades e mobilidade espacial: revisão conceitual como proposta para uma nova abordagem.

Resumo

O fenômeno da segregação tem constituído objeto de interesse de vários campos das ciências sociais devido aos inúmeros prejuízos que acarreta à população, e por isso, são comumente utilizados adjetivos para designar suas determinações (social, étnico, residencial, urbana, etc.). Neste trabalho o conceito de espaço de atividades será utilizado para designar uma das facetas da segregação que o indivíduo pode vivenciar, e que está intimamente relacionado ao tema da mobilidade espacial. O presente trabalho terá como escopo a revisão do tema da segregação dos espaços de atividades, à luz da problemática da mobilidade espacial, como proposta de uma visão alternativa para as discussões e orientações das políticas públicas de mobilidade.

Palavras-chave: segregação, espaços de atividade e mobilidade espacial.

Objetivo

O objetivo desse trabalho é propor uma abordagem alternativa para as discussões e orientações das políticas públicas de mobilidade, que se dará a partir do conceito de espaços de atividades, associado à problemática do fenômeno da segregação.

Revisão preliminar da literatura e justificativa

O conceito de segregação, dada às múltiplas formas de adjectivá-lo, é considerado um conceito polissêmico e multidimensional, o qual deve ser entendido em sua complexidade. Social, espacial, urbana, socioespacial, étnica, residencial, são exemplos de adjectivos comumente agregados a esse conceito, e que denota cuidado ao utilizá-lo.¹

Para White (1983) existem ao menos dois enfoques para a segregação: um sociológico e outro geográfico. No sentido sociológico, segregação significa ausência de interações entre grupos sociais. Já no sentido geográfico, significa desigualdade na distribuição dos grupos sociais no espaço físico. Entretanto, as segregações sociológicas e geográficas são provavelmente correlacionáveis, o que na visão de Spósito (2013) é importante salientar, pois deve-se estar atento às múltiplas combinações possíveis entre suas condicionantes, tais como sociopolíticas, etnorreligiosas, socioeconômicas, entre outras.

A segregação para Villaça (2011), é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade, exprimindo, segundo Feitosa et al (2007) a separação entre diferentes grupos sociais em um ambiente urbano.

A segregação – seja ela de cunho racial, socioeconômico, religioso ou étnico – é comumente relacionada à imposição de inúmeros prejuízos a grupos populacionais menos privilegiados. Entre estes prejuízos, podem ser apontados: dificuldades de acesso a equipamentos, serviços e infraestruturas, redução de oportunidades de emprego, acentuada discriminação e uma maior exposição à violência, desastres naturais e problemas de saúde (Luco e Rodríguez, 2003; Rodríguez, 2001; Sabatini et al., 2001; Torres, 2004 apud FEITOSA et al., 2007, p.02)

Wong e Shaw (2011) a respeito da literatura sobre segregação, colocam que embora reconheça-se claramente que as pessoas possam experimentar diferentes níveis de segregação através de seus diversos espaços sociogeográficos, a maioria das medidas de segregação destina-se à análise dos espaços residenciais. As experiências individuais de segregação em outros espaços sociogeográficos não são enfatizadas, ou são até mesmo ignoradas, o que na visão dos autores pode refletir apenas uma faceta das múltiplas experiências de um indivíduo. Dessa forma, autores como Wong e Shaw (2011), Faber *et al* (2012) e Palmer (2013), propõem uma abordagem mais abrangente na avaliação da segregação, que vai além do espaço residencial e que se baseia no conceito espaço de atividades, o qual refere-se ao subconjunto de todos os locais dentro dos quais um indivíduo tem contato direto como resultado das suas atividades do dia-a-dia (Jakle, 1976).

Para Wong e Shaw (2011), a ideia é que quando os indivíduos viajam entre locais, eles também podem interagir ou serem expostos a outros grupos. A falta de exposição a determinados locais, de acordo com Schonfelder e

¹ No capítulo *Segregação socioespacial e centralidade urbana* do livro *A cidade contemporânea: segregação espacial* (2013), a professora Maria Encarnação Beltrão Spósito chama a atenção para os múltiplos significados do conceito de segregação.

Axhausen (2003), está ligada a diminuição de chances nos mercados de trabalho, a redes sociais mais restritas e a custos de vida mais elevados.

Uma avaliação mais completa da experiência de um indivíduo deve incluir a exposição do indivíduo a outros grupos populacionais em todos os espaços sóciogeográficos relevantes. Estes espaços constituem um espaço de atividade, o que oferece a base da medida proposta de segregação baseada na exposição do indivíduo. Tal medida, que está condicionada ao seu espaço de atividade, capta a experiência de um indivíduo de forma mais abrangente do que as medidas tradicionais destinadas a avaliar a segregação, principalmente no espaço residencial. (WONG AND SHAW, 2011, p. 141-142, tradução própria).

Para Palmer (2013) a importância de avaliar a segregação dos espaços de atividades se deve ao fato de que os recursos não são distribuídos de forma igualitária ao longo do espaço e do tempo, o que faz com que os indivíduos dispendam mais tempo para acessá-los. “Ao garantir que alguns grupos tenham menos acesso a recursos do que outros, a segregação dos espaços de atividade, bem como a segregação residencial, ameaçam princípios básicos de justiça e igualdade.” (PALMER, 2013, p.2, tradução própria).

Todas restrições à interação, envolvendo espaço físico ou não, são formas de segregação no espaço social, e para entendê-las, Freeman (1978) coloca que devemos nos voltar para as ações e movimentos diários que vão além das áreas segregadas.

É através desse contato que ideias, informações e cultura são transmitidos, afetam o capital não apenas econômico e social, mas também os valores, os grupos de aspirações e de referência que orientam e dão forma à ação humana. A proximidade com o outro afeta preconceito, conflitos intergrupais, opiniões políticas, e as possibilidades de ação coletiva, bem como o acesso à redes sociais, amizade e romance. Também determina a exposição ao crime, doença e a outros males sociais. A maioria destas consequências dependem da qualidade da interação social que ocorre, não meramente proximidade espaço-temporal. (PALMER, 2013, pp.19-20, tradução própria).

A mobilidade espacial, a qual Cunha (2009) entende como sendo as múltiplas formas de deslocamento da população, estabelece uma relação intrínseca não apenas com a expansão urbana, mas também com a intensificação dos processos de segregação socioespacial da população. Como indica o autor, “com a mobilidade também se pode adquirir, perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares ou, de maneira mais geral, capital social.” (CUNHA, 2009, p.01). O autor também coloca que a experiência e circulação na metrópole, poderiam ter impactos positivos sobre a vida das pessoas e suas famílias, em que pese o acesso à estrutura de oportunidades existente nas metrópoles. “Como sugerem Kaztman e Filgueiras (2006), a interação com grupos sociais heterogêneos pode implicar em “oportunidades de acesso a contatos e a recursos de informação de qualidade mais elevada” (p.78)” (CUNHA, 2009, p.9, grifo do autor).

Dessa forma, o presente trabalho pretende fazer uma revisão da literatura acerca do conceito espaços de atividades, na função adjetiva do conceito de segregação, como proposta de uma visão alternativa para as discussões e orientações das políticas públicas de mobilidade, em que pese a análise do território como unidade de análise, entendendo que os espaços habitados e frequentados pelas pessoas permitem uma maior/menor interação entre os grupos sociais, bem como o acesso a oportunidades.

Referências

FEITOSA, F. F.; MONTEIRO, A. M. V.; CÂMARA, G. De Conceitos a Medidas Territoriais: A Construção de Índices Espaciais de Segregação Urbana. In: Almeida, C.; Câmara, G.; Monteiro, A.M.V. (Org.). Geoinformação em Urbanismo: Cidade Real vs. Cidade Virtual. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, p. 86-105.

FREEMAN, L. Segregation in social networks. *Sociological Methods & Research*, 1978.

JAKLE, J. A., BRUNN, S., ROSEMAN, C. C. Human spatial behavior: A social geography. North Scituate, MA: Duxbury Press, 1976.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta. X Jornadas Argentinas de Estudios de Población. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, San Fernando del Valle de Catamarca, 2009.

PALMER, John R. B. Activity-Space Segregation: Understanding Social Divisions in Space and time. Dissertation, Princeton University, 2013.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. (Org.). A cidade contemporânea. Segregação Espacial. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013, v. 1, p. 61-93.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011.

WONG, D., & SHAW, S.-L. Measuring segregation: an activity space approach. *Journal of Geographical Systems*, 13, 127-145, 2011.